

Sobre a noção de diagrama: matemática, semiótica e as lutas minoritárias

Tatiana Roque*

1. Introdução

A diagramática é um regime sob o qual uma realidade se engendra sem que seja necessário passar por qualquer mecanismo de representação. Podemos pensar em diferentes maneiras de conceber a representação, mas elas terão em comum o fato de que o representante e o representado estão em planos separados. A capacidade que possui uma ação ou um pensamento de produzir um efeito independentemente de uma representação consciente é dita diagramática. Por exemplo, um enunciado qualquer supõe uma relação: digo algo e isso me aproxima de alguém, de um mundo. Não se trata aqui de uma relação consciente, essa aproximação não é produto de uma intenção.

Mais especificamente, nos textos de Deleuze e Guattari, o diagrama serve para pensar um regime de signos que instaura um novo modo de conceber a repartição entre conteúdo e expressão, entre significado e significante, para além das palavras que são da ordem da linguagem verbal. Trata-se de escapar, ao mesmo tempo, do esquema da representação e das categorias clássicas da linguagem. O diagrama é um modo de analisar os agenciamentos sem que seja necessário partir de algo já constituído como expressão ou conteúdo, ou seja, algo já formado do ponto de vista semiótico ou físico. O diagrama estabelece conexões, mas não com o objetivo de representar algo real, ele constitui um real porvir. Os regimes de signos e os regimes de corpos serão, assim, duas faces do agenciamento.

A noção de diagrama nos remete, em primeiro lugar, à análise de Deleuze sobre Foucault, com um primeiro artigo publicado em 1975 na revista *Critique*¹, texto modificado em 1986 e inserido no livro que Deleuze dedica à obra de Foucault². Em 1977, Félix Guattari lançou a primeira versão de *A Revolução Molecular*, contendo uma

* Professora do Instituto de Matemática da UFRJ, membro dos Archives Henri Poincaré (Laboratoire d'Histoire des Sciences et de Philosophie - Université de Lorraine) e do NuFFC (Núcleo de Filosofia Francesa Contemporânea). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Contato: tati@im.ufrj.br

¹ Deleuze, G. "Écrivain non: un nouveau cartographe". In: *Critique*. Paris: Éditions de Minuit, nº 343, 1975, pp. 1207-1227.

² Deleuze, G. *Foucault*. Paris: Éditions de Minuit, 1986.

parte extensa sobre semiótica, na qual a noção de diagrama intervém diversas vezes³. Toda essa seção, chamada “Échafaudages sémiotiques”, é retirada da segunda publicação, em 1980, que apesar de ter o mesmo título, não é idêntica, possui um cunho mais militante, pois foi refeita após o contato de Guattari com os movimentos italianos⁴. Um pouco depois, a noção de diagrama aparece com destaque nos cursos de Deleuze sobre a pintura e em seu livro sobre Bacon, de 1981⁵. Juntos, em *Mil Platôs*⁶, de 1980, Deleuze e Guattari desenvolvem em detalhes a noção de diagrama, primeiro no capítulo V, sobre os regimes de signos, e, em seguida, na caracterização do conceito de máquina abstrata.

A determinação do chamado *virtual*, já presente nos primeiros trabalhos de Deleuze (como *Diferença e Repetição*)⁷, vai, aos poucos, se qualificando como máquina abstrata. Anne Sauvagnargues sublinha a transformação: com Spinoza, com a análise das relações de força de Foucault, com Marx, com Guattari, com o interesse pelas lutas sociais e pela crítica ao capitalismo, Deleuze mostra um interesse cada vez maior pelos arranjos empíricos dos agenciamentos que atualizam um diagrama de forças⁸.

Deleuze e Guattari retomam a distinção entre conteúdo e expressão, mas ela não se reduz nem à divisão entre significante e significado, nem à divisão entre infraestrutura e superestrutura. Por um lado, o conteúdo não remete a uma infraestrutura econômica que determinaria a expressão como superestrutura ideológica. Ao economicismo, Deleuze e Guattari opõem o fato de que a expressão já é, de início, uma forma e não pode se contentar com refletir uma forma econômica. Mas, por outro lado, atribuindo um primado ao significante como elemento de uma estrutura que produz significados, o estruturalismo gera um equívoco inverso, o de afirmar a suficiência da forma de expressão, como se esse último tivesse a virtude de preencher a expressão, ao passo que os conteúdos seriam entregues ao arbitrário de uma simples referência. Ao idealismo do significante, no sentido de algo desprovido de conteúdo, é preciso opor a

³ Um panorama das intervenções da noção de diagrama em Deleuze, com pouca preocupação em relação ao papel de Guattari, é feita em Batt, N. “L’expérience diagrammatique: vers un nouveau régime de pensée”. In: *Théorie, Littérature, Enseignement* n° 22. Paris: Presses Universitaires de Vincennes. 2004, pp.5-28.

⁴ A edição que usamos aqui foi publicada em 2012, contendo as duas versões, de 1977 e de 1980: Guattari, F. *La révolution moléculaire*. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2012. A história das duas versões é contada por Stéphane Nadaud na introdução.

⁵ Deleuze, G. *Francis Bacon. Logique de la sensation*. Paris: Éditions de Minuit, 1981.

⁶ Deleuze, G & Guattari, F. *Mille Plateaux*. Paris: Éditions de Minuit, 1980.

⁷ Deleuze define o virtual nesse livro como uma parte própria do objeto real: o virtual é real sem ser atual, ideal sem ser abstrato. Ver Deleuze, G. *Diferença e Repetição*. SP: Graal, 2006, p. 294.

⁸ Sauvagnargues, A. *Deleuze. L’empirisme transcendantal*. Paris: PUF, 2009. Ver p. 414.

ideia de uma pragmática da língua, mas que leve em conta os fatores não linguísticos que agem sobre ela. Deleuze e Guattari se distanciam, por essa operação, dos modelos dominantes do campo teórico de sua época: o estruturalismo do significante e o economicismo marxista.

Além de explicar um pouco melhor o conceito de diagrama, investigaremos brevemente como ele pode ser útil para entender a imanência capitalista. O capitalismo não possui leis que lhe sejam exteriores, transcendentais, mas funciona somente por meio de leis imanentes. Gostaríamos de acreditar, dizem Deleuze e Guattari, que ele se depara com os limites do universo, com o limite extremo de recursos e de energia⁹. Só que ele só se depara com seus próprios limites (depreciação periódica do capital) e só desloca seus próprios limites (formação de um novo capital, em novas indústrias com taxas mais altas de lucro). É a história do petróleo e do nuclear, nos faziam lembrar, já naquela época, Deleuze e Guattari.

Essa nova configuração capitalista pode ser dita semiótica, Guattari já propunha em *Revolução Molecular*¹⁰. Daí a necessidade de construir um plano que não se reduza ao modo como o capitalismo codifica os movimentos, tornando-os conforme ao seu funcionamento e à expansão de limites que o caracteriza.

Queremos entender os problemas que levaram Deleuze e Guattari a propor a noção de diagrama. Como os textos sobre essa questão são difíceis, tentamos preparar o terreno para analisá-los, às vezes com ferramentas distintas das que foram usadas por esses autores. Um exemplo matemático nos parece útil para explicar como o diagrama escapa ao esquema da representação. Em seguida, partimos da definição do filósofo pragmatista norte-americano Charles Peirce, mostrando algumas ressalvas feitas por Deleuze e Guattari e os caminhos que levaram a uma nova definição. A análise da pintura de Bacon aparece nesse percurso, junto com as máquinas abstratas.

Nosso objetivo final é político, descobrir como a noção de devir-minoritário pode ser útil para avaliar a efetividade das lutas no momento presente, na idade do cinismo: o capitalismo “já não é a idade da crueldade nem do terror, mas a idade do cinismo”¹¹. Deleuze e Guattari retomam a noção marxista de acumulação primitiva, mas para pensá-la como momento fundador de conjunção dos fluxos descodificados. A idade

⁹ Deleuze, G & Guattari, F. *Mille Plateaux*, p. 579.

¹⁰ Guattari, F. *La révolution moléculaire*, capítulo citado sobre a semiótica. Essa proposta, atualizada e aplicada diretamente ao capitalismo neoliberal, é retomada em Lazzarato, M. *Signos, Máquinas, Subjetividades*. Tradução de Paulo Domenech Oneto, São Paulo: N-1, 2014.

¹¹ Deleuze, G. e Guattari, F. *O Anti-Édipo*. Tradução de Luis Orlandi. SP: Editora 34, 2010, pp. 299-300.

do cinismo é, assim, a da acumulação do capital, o cinismo é o capital como meio de extorquir sobretrabalho. A noção de devir-minoritário começou a ser formulada nos anos 1970-1980, um pouco depois das primeiras análises sobre o capitalismo propostas por Deleuze e Guattari. Ainda hoje, a problematização expressa por essa noção pode nos ajudar a escapar de impasses experimentados nos movimentos e lutas anticapitalistas. Como pensar os diagramas como produção de novas relações de forças, como conexão de línguas minoritárias, para fazer frente ao cinismo capitalista?

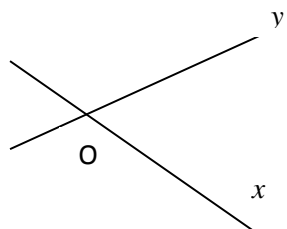
2. Exemplo matemático para explicar o que é um diagrama

O objetivo desta seção é mostrar, a partir de um exemplo, como um regime de signos pode existir fora do esquema da representação. Começamos com algo que não é um diagrama: o sistema de coordenadas cartesianas. Vamos apresentar uma representação geométrica e, em seguida, dar exemplo de um diagrama, que possui natureza não representativa.

a. A representação geométrica de equações: coordenadas cartesianas

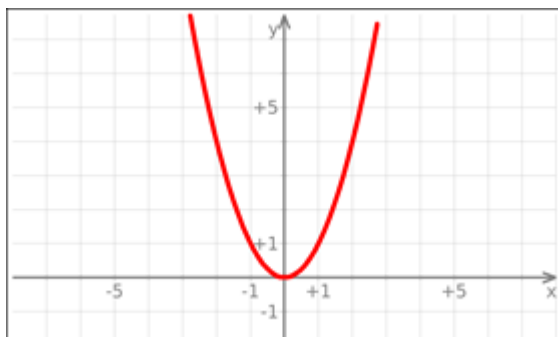
Seja a equação $y = x^2$. Trata-se de uma entidade algébrica que relaciona duas variáveis x e y . A equação descreve como y varia em função de x .

É um fato conhecido, e amplamente celebrado na história da matemática, que Descartes propôs uma maneira de representar uma equação geometricamente. Desenhamos duas retas, chamadas *eixos*, se encontrando em um ponto O , que é o *referencial* ou a *origem* do sistema de coordenadas.



Sobre um dos eixos, representa-se a quantidade x como sendo a distância de um ponto sobre esta reta à origem O . Sobre o outro eixo, faz-se a mesma coisa com y . Quando x varia, y varia também, conforme a regra dada pela equação. Assim, é possível

representar de modo gráfico todas as variações possíveis, o que irá produzir, com um sistema de eixos perpendiculares, uma representação da equação dada pela figura de uma parábola.



Tal é o objetivo das coordenadas cartesianas, que caracterizam a área que será denominada geometria analítica depois de Descartes. A história é bem mais complexa do que esse esboço permite compreender, mas nosso objetivo aqui é somente explicar porque o gráfico acima não é um diagrama.

A representação em coordenadas efetua uma ligação entre dois domínios, até então distintos, de objetos matemáticos: a álgebra e a geometria. Em álgebra, mobilizam-se símbolos para descrever relações entre quantidades quaisquer, sem que seja necessário explicitar a natureza de tais quantidades. Em geometria, como já era o caso nos *Elementos* de Euclides, enunciam-se relações ou propriedades de seres geométricos (como o ponto, a reta e o plano), ou constroem-se figuras que satisfaçam propriedades dadas. A descrição é muito sucinta, mas serve para destacar que são duas práticas distintas, a álgebra e a geometria.

Com as coordenadas, torna-se possível representar um ser algébrico (a equação) por um ser geométrico (o gráfico, parábola no exemplo acima); e vice-versa. Essa representação é usada por Descartes para tornar mais fácil a tarefa de resolver problemas geométricos, com auxílio de equações. Descartes defende uma ciência da extensão e uma das principais questões é justamente a visualização de proporções entre grandezas.

Nesse exemplo, é a geometria que fornece uma intuição às entidades algébricas, representando-as graficamente. O diagrama, como veremos, não é uma representação. Ele faz existir um ser do qual não se saberia falar de outra forma a não ser por meio do diagrama. É o caso dos números impossíveis, como o número negativo e o número

imaginário, que não existiam antes que um diagrama lhes desse lugar. O diagrama, então, não é um modo de intuir números que já existiam: é o ato de nascimento de um novo tipo de número, dissociado da ideia de quantidade.

b. Números imaginários que não são imaginados

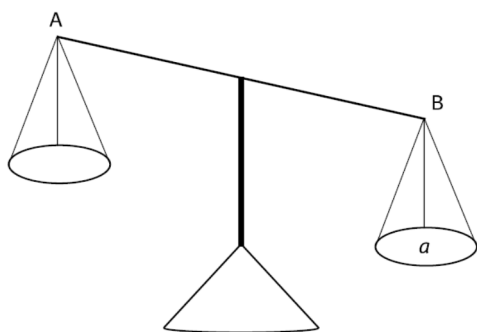
Quantidades negativas e imaginárias, denotadas atualmente por -1 ou $\sqrt{-1}$, foram amplamente utilizadas nos séculos XVI, XVII e XVIII. Seu uso deu lugar a inúmeras controvérsias sobre o estatuto de quantidades desse tipo, que não poderiam corresponder a nada de existente. Toleradas pela sua utilidade prática nos cálculos, não se sabia como justificar quantidades negativas, que eram vistas como “menos que nada”. A partir de 1800, diversos trabalhos tentaram propor imagens para ajudar a compreender o que seriam esses números negativos e suas raízes. Veremos como isso foi feito por Jean-Robert Argand¹².

Começa-se pelas quantidades negativas. Sejam as grandezas sucessivas a , $2a$, $3a$, $4a$ etc. Evidente que é possível adicionar grandezas ao infinito $5a$, $6a$, e assim sucessivamente. Mas será também possível realizar a operação inversa, subtrair uma grandeza a de cada um dos termos precedentes? Partindo, por exemplo, de $4a$, obtemos sucessivamente $3a$, $2a$, a e 0 . E depois, como continuar? Que sentido podemos atribuir à subtração de uma quantidade a do nada, ou seja, o que é $0 - a$?

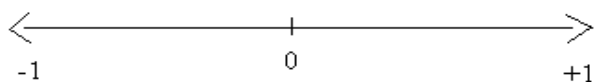
Argand propõe uma construção capaz de fornecer uma realidade a esses termos. Imaginemos uma balança com dois pratos A e B. Coloquemos sobre o prato A as quantidades a , $2a$, $3a$, $4a$, e assim sucessivamente. A balança vai pesar para o lado do prato A. Torna-se possível, em seguida, retirar uma quantidade a de cada vez, reestabelecendo o equilíbrio entre os dois pratos. Mas o que acontece quando chegamos a 0 ? É possível continuar a retirar quantidades do prato A? Argand dá uma resposta surpreendente: sim, basta acrescentar essas quantidades ao prato B. Ou seja, retirar do prato A é o mesmo que adicionar ao prato B.

Introduz-se, assim, uma noção relativa do que significa “retirar”. As quantidades negativas não serão mais imaginadas, grandezas impossíveis, mas ganharão uma existência matemática como grandezas relativas.

¹² Não podemos desenvolver essa história aqui, quem tiver interesse pode consultar Roque, T. *História da Matemática: uma visão crítica, desfazendo mitos e lendas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.



A grandeza relativa é composta por dois atributos: um valor absoluto e uma orientação. Argand propõe a ideia de uma grandeza orientada e as desenha como na figura abaixo:



O diagrama de Argand atribui um direito de existência a quantidades tidas como contrassensos anteriormente. Os números negativos, como quantidades orientadas, são fruto da concepção de que existe uma oposição entre dois sentidos, estabelecida a partir de um ponto neutro, chamado “zero”. O zero é o ponto de referência, não é um “nada”. Logo, o número negativo não é “menos que nada”. A ideia de um número como quantidade, agregado de coisas, é substituída pela de um número orientado, que só existe a partir do diagrama.

Os segmentos com flechas, na figura acima, não representam números que existem, mas novos números que passam a existir graças ao diagrama, é o diagrama que os torna real e garante sua cidadania matemática. Mas os números relativos não são, tampouco, meros jogos mentais, abstrações bem fundadas da matemática.

Imaginemos o exemplo de um navio que vai de Portugal ao Brasil. Podemos marcar com o símbolo “+” a ação do vento do leste e com “-” a ação do vento do oeste. Esses símbolos servem para marcar a oposição entre duas grandezas que podem, eventualmente, se anular reciprocamente. A grandeza nula, o zero, não seria uma ausência de quantidade, ausência de ação, mas seria o resultado de duas ações reais que se suprimem, que se compensam mutuamente. O diagrama sugere uma anulação, um equilíbrio conquistado, uma maneira de ligar dois predicados positivos, de modo que, ao

se ligarem sobre um mesmo sujeito, suprimem-se reciprocamente. Anular não é, portanto, gerar um vazio.

Em seu *Ensaio para introduzir em filosofia o conceito de grandeza negativa*¹³, Kant indica que uma relação de oposição pode ser de dois tipos: oposição lógica e oposição real. Na oposição lógica, não se pode, ao mesmo tempo, afirmar e negar alguma coisa de um mesmo sujeito. O princípio de não-contradição afirma que isso não é possível, mas isso não implica nada de real: tal princípio não solicita nenhuma intuição, não produz nenhuma consequência. Por outro lado, uma oposição real aparece quando dois predicados de um sujeito são opostos, mas sem contradição. Por exemplo, um corpo tendendo para um certo ponto possui uma força motriz, mas pode acontecer que esse mesmo corpo faça um esforço para se mover em sentido oposto. Os dois esforços são possíveis como predicados de um mesmo corpo, eles não se contradizem, mesmo se a consequência é a destruição do movimento (o repouso). Aqui há uma verdadeira oposição, segundo Kant, pois uma tendência suprime o efeito real da outra. A oposição real engaja o sujeito em um combate entre dois predicados afirmativos. Reverter a marcha de um navio não é negar a existência do movimento, mas afirmar dois movimentos opostos. Dentre todas as possibilidades de movimento, há uma capaz de equilibrar aquela que lhe foi imposta.

Por isso, o exemplo dos números relativos nos parece esclarecedor¹⁴. Os novos números são diagramas relacionais. Expressam relações que são abstratas, pois esses números não podem surgir de um procedimento como a contagem, a partir da qual se definem os números naturais, mas eles também não são apenas idealizados.

3. A definição de Peirce decola com o pássaro de Bacon

É a partir das distintas relações entre significante e significado, não-redutíveis à linguagem verbal, que Charles Sanders Peirce enumera três variedades fundamentais de signos: o índice, o símbolo e o ícone.

¹³ Kant, I. *Essai pour introduire en philosophie le concept de grandeur négative*. Paris: Vrin. 1991.

¹⁴ Dentro da própria matemática, há uma luta contra os formalismos, mostrando que os seres de que trata comportam uma mobilidade virtual. Ver Châtelet, G. *Les enjeux du mobile*. Paris: Seuil. 1993.

- a) O índice: opera, em primeiro lugar, pela contiguidade de fato, vivida, entre seu significante e seu significado; quando dizemos “não há fumaça sem fogo”, a fumaça é índice de um fogo.
- b) O símbolo: opera pela contiguidade instituída, aprendida, entre significante e significado. Essa conexão forma uma regra e não depende da presença ou da ausência de qualquer semelhança ou contiguidade. O intérprete do símbolo deve conhecer a regra convencional e é somente por causa dessa regra que o signo será interpretado.
- c) O ícone: opera pela similaridade de fato entre seu significante e seu significado, por exemplo, entre a representação de um animal e o animal representado; a primeira vale pela segunda, simplesmente porque é semelhante a essa.

Nessa taxionomia dos signos, o diagrama é uma subcategoria do ícone. Há três tipos de ícone: imagens, diagramas e metáforas¹⁵. Como em toda tríade de Peirce, as categorias são inclusivas. A classe das metáforas pode conter diagramas e imagens e a classe dos diagramas pode conter imagens.

Como um ícone, o diagrama é caracterizado pela sua similaridade com o objeto. Mais precisamente, o diagrama é um ícone de relações inteligíveis. Tomemos o exemplo de dois retângulos de tamanhos diferentes, usados para comparar a população do Brasil e de Angola. Como em um típico diagrama estatístico, as relações exibidas no significante correspondem às relações no significado. O significante e o significado possuem, portanto, uma analogia icônica, no que tange à relação entre as suas partes. Nesse sentido, o gráfico de coordenadas cartesianas, exibido na seção anterior, seria um diagrama, pois estabelece uma analogia relacional entre a imagem e a equação que ela representa.

Ao passo que a imagem representa o objeto e a metáfora possui uma similaridade que não vem do objeto em si mesmo, o diagrama é um esqueleto, um esboço das relações do objeto. O esqueleto relacional e estilizado do diagrama está presente mesmo quando ele se veste de qualidades como as da imagem. Já o diagrama

¹⁵ A classificação é apresentada por Peirce em diferentes escritos, desde 1867. Citamos aquela na qual a descrição do diagrama é mais elaborada: Peirce, C.S. *A Syllabus of Certain Topics of Logic*. Boston: Alfred Mudge & Son, 1903.

dado por uma árvore genealógica é uma metáfora, porque lembra propriedades da árvore, que não têm nada a ver com a estrutura familiar que se quer analisar.

Mas o que quer dizer *similaridade* na definição do diagrama? Não dar uma definição precisa dessa ideia seria uma fraqueza de Peirce, segundo alguns de seus críticos¹⁶. A similaridade correria o risco de ser reduzida à ideia trivial de identidade ou a uma vaga semelhança psicológica. Comentadores mais recentes de Peirce, como Frederik Stjernfelt, destacam, contudo, que a resposta está em uma definição epistemologicamente não trivial, porque operacional, da noção de similaridade. Para Peirce, uma propriedade distintiva do ícone é que, pela sua observação direta, outras verdades concernindo o objeto podem ser descobertas, além daquelas que são suficientes para determinar sua construção¹⁷. Esse caráter operacional define a similaridade.

O ícone não é somente o único tipo de signo que envolve uma apresentação direta das qualidades de um objeto, é também o único signo por meio do qual se pode aprender mais do que o que está dado, pois permite um acesso ao que levou à construção do objeto. Não há espaço para psicologia. O teste é saber se é possível manipular o signo de modo que apareçam novas informações sobre o objeto em questão. Dado o critério operacional usado na definição, os diagramas têm um papel especial como ícone. Trata-se de um ícone que possui partes inter-relacionadas e essas relações estão sujeitas à transformação experimental. Uma pintura de paisagem se torna um diagrama ao esquecermos as cores e as formas e considerarmos somente as relações entre suas partes. Seria possível manipulá-las, permitindo um acesso às relações que constituem a pintura.

O diagrama é um ícone de objetos relacionados racionalmente. *Racionalmente*, para Peirce, significa que as relações que existem entre os objetos não são somente aquelas que conhecemos pela experiência. Os ícones sugerem a possibilidade daquilo que representam, são perceptos dos quais foram retiradas a insistência e a percussividade (*percussivity*). Os signos, vistos desse modo, possuem uma vitalidade própria e o diagrama determina uma atividade naquele que lida com ele, levando à experimentação. Diferentes diagramas podem ser obtidos pela transformação de uns em outros e essas transformações são experimentações mentais. Alguma circunstância

¹⁶ Essas críticas e suas possíveis respostas são analisadas em Stjernfelt, F. "Diagrams as Centerpiece of a Peircean Epistemology". In: *Transactions of the Charles S. Peirce Society*, 36 (3), 2000, pp.357-384.

¹⁷ *Ibidem*, p.358.

ligada à proposta que levou à construção do diagrama contribui para a determinação das transformações que são permitidas e efetivamente realizadas.

O modo como Peirce concebe o diagrama está em diálogo com o sujeito kantiano. Para Kant, os humanos são desprovidos de intuição intelectual, logo não podem intuir o objeto em si mesmo. Só podem se aproximar dos objetos em um duplo movimento: conceito e intuição. Conceitos sem intuições são vazios e intuições sem conceitos são cegas, como vemos na célebre passagem da *Crítica da Razão Pura*. Os dois se encontram no esquema. O esquema do triângulo permite que a série ilimitada de triângulos empíricos seja subsumida pelo conceito de triângulo. A exigência de Peirce de que as relações no diagrama sejam racionais é uma herança kantiana, pois a racionalidade está ligada a uma noção generalizada do assunto que está sendo tratado. Contudo, o sujeito transcendental de Kant é pragmatizado por Peirce. À questão “como justificar proposições universais relacionadas à experiência?”, Peirce responde com algo que pode ser experimentado e universal ao mesmo tempo: o diagrama. As relações que constituem o diagrama são observáveis e universais ao mesmo tempo. O diagrama existe como ícone, logo é observável; e se submete a experimentos que não se restringem àquela figura, logo são universais. Peirce vai além, afirmando que uma relação inteligível, ou seja, uma relação de pensamento é criada somente no ato de representá-la por meio de um diagrama¹⁸.

Ao analisar as relações entre poder e saber, no livro sobre Foucault, Deleuze propõe que o diagramatismo de Foucault, ou seja, a apresentação das relações de força exerce o papel do esquematismo kantiano: é o diagramatismo que assegura a relação da qual o saber decorre¹⁹. Não se trata, contudo, de uma relação entre conceito e intuição, mas de enxergar a separação entre conceito e intuição como produto de relações de força que fazem com que o saber funcione de certo jeito. Como veremos na próxima seção, o diagrama é, para Deleuze e Guattari, o modo de funcionamento de uma máquina abstrata na qual os saberes são postos para funcionar.

Apesar de admitir uma produtividade operacional do diagrama, a teoria dos signos de Peirce se baseia na relação entre significante e significado, o que Deleuze e

¹⁸ Peirce, C.S. *The New Elements of Mathematics*, vol. IV (ed. C. Eisele). The Hague: Mouton, 1976. Ver p.59 e pp.316-319.

¹⁹ Deleuze, G. *Foucault*, p.88.

Guattari observam com ressalvas²⁰. Um diagrama, para Deleuze e Guattari, nunca funciona para representar um mundo objetivado, mas organiza um novo tipo de realidade. O estudo de Roman Jakobson é utilizado para apontar uma leitura da definição de Peirce adaptada a esse novo propósito²¹. Combinando o poder dos símbolos, do índice e do ícone, a linguagem se volta, antes de tudo, para o futuro. Tudo que há de verdadeiramente geral, afirma, se relaciona a um futuro indeterminado, pois o passado contém apenas uma coleção de casos particulares que são efetivamente realizados. O passado é o fato, mas uma lei geral nunca se realiza plenamente, é apenas uma potencialidade, e seu modo de ser é *esse in futuro*²².

A face operatória do diagrama, combinada com o aspecto de sugestão, algo cujo modo de ser é apontar para o futuro, insiste nos trabalhos de Deleuze durante os anos 1980. Nos cursos sobre a pintura²³, no livro sobre Bacon²⁴, o diagrama é o exemplo operatório das linhas e das zonas, dos traços e das manchas a-significantes e não representativas. Deleuze enfatiza que a operação do diagrama, sua função para Bacon, é a de “sugerir”. É preciso, assim, que o diagrama não roa todo o quadro, que ele fique limitado no espaço e no tempo; que permaneça operatório e controlado. Que os meios violentos não se desencadeiem e que a catástrofe necessária não submerja por inteiro. O diagrama é uma sugestão, ele não é o quadro em si mesmo²⁵.

A *Lógica da Sensação* explora esse aspecto. O diagrama é feito de duas coisas, sensação e esqueleto. É o seu entrelaçamento²⁶. Uma sensação ou um ponto de vista não são suficientes. A sensação é efêmera e confusa, a ela faltam duração e clareza. Mas o esqueleto é ainda menos suficiente, pois é abstrato. Tornar, ao mesmo tempo, a geometria concreta ou sentida, e dar à sensação duração e clareza, tal é o papel do diagrama.

²⁰ Deleuze, G. & Guattari, F. *Mil Platôs*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leitão, vol. 2. São Paulo: Editora 34. 1995, p.100.

²¹ Jakobson, R. “À la recherche de l’essence du langage”. In: *Problèmes du langage*. Paris: Gallimard. 1966.

²² *Ibidem*, p.36.

²³ Ver aula de 07/04/1981 disponível em http://www2.univ-paris8.fr/deleuze/article.php3?id_article=216

²⁴ Deleuze, G. *Francis Bacon: Lógica da Sensação*. Tradução organizada por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Zahar. 2007.

²⁵ Deleuze usa também a expressão “possibilidade de fato” para designar o aspecto sugestivo do diagrama, citando seu uso por Wittgenstein: “Wittgenstein invocava uma forma diagramática para exprimir na lógica as ‘possibilidades de fato’”. Ver Deleuze, G. Op. Cit., p.52.

²⁶ *Ibidem*, p.58.

Uma das referências de Deleuze está nas declarações feitas por Bacon sobre um quadro de 1946, *Painting*.²⁷ Bacon queria, inicialmente, fazer um pássaro pousando em um campo, mas dos traços que compunham o diagrama “saiu” algo totalmente diferente: o homem com um guarda-chuva tornando-se um animal de açougue esquartejado. Mas “sair” aqui não quer dizer “se transformar em”, pois não há analogia figurativa, não há semelhança entre as duas formas. Há uma redistribuição das relações que compunham a primeira figura (o pássaro) em outras relações que constituem a segunda. Essas relações já estão presentes no diagrama, naquilo que ele sugere, mas se constituem *de fato* ao saírem do diagrama. Os traços são transladados de uma figura a outra como um princípio condutor, e não como uma forma. Há uma modulação que leva de um a outro, que articula a passagem de um passado a um futuro. As duas efetuações se dão pela via de uma zona de transição.

A classificação de Peirce intervém novamente nesse ponto, para afirmar a natureza analógica do diagrama em oposição ao caráter digital do código. O código atua por convenção, deve ser aprendido, é próximo do símbolo na classificação de Peirce. O diagrama age como modulador, pratica uma analogia sem semelhança. A linguagem analógica é uma linguagem de relações que comporta os movimentos expressivos, os signos para-linguísticos, os sopros, os gritos. O aspecto de sugestão aparece de novo. A ressalva em relação a Peirce se torna mais explícita, pois, a fim de explicar a natureza analógica do diagrama, Deleuze propõe substituir a noção de similaridade (ao mesmo tempo central e controversa na definição de Peirce) pela noção de modulação: “Em suma, é talvez a noção de modulação em geral (e não de similaridade) que é apta a nos fazer compreender a natureza da linguagem analógica ou do diagrama”²⁸.

O diagrama ignora as velhas oposições “conteúdo-expressão”, “significado-significante”, “concreto-abstrato”, “real-possível”. Essas oposições, bem como aquelas entre natureza e cultura, signos e coisas, pensamento e técnica, só tem consistência no quadro de uma semiologia da significação, que pretende classificar, transformar em objetos os movimentos expressivos. O diagrama não remete a um conteúdo. Em sua característica operatória, aquilo que ele expressa deve dar lugar a outra coisa. Um signo que sempre se apaga não possui um fim em si mesmo: sugere uma realidade por vir.

²⁷ Sylvester, D. *Interviews with Francis Bacon*. London: Thames & Hudson, 1975.

²⁸ Deleuze, G. Op. Cit., p.61. Não podemos nos alongar aqui sobre a ideia de modulação. Deleuze e Guattari usam os trabalhos de Gilbert Simondon para defini-la de modo mais preciso, por exemplo, em *Mil Platôs*, vol. 1, p.74.

4. Diagramas de relações de força e devires-minoritários

O Panóptico é o diagrama de um mecanismo de poder levado à sua forma ideal, diz Foucault²⁹. Mas ele também usa outras expressões: “esquema panóptico”, “programa panóptico”, “dispositivo panóptico”. O diagrama é o mapa das relações de força que se incarnam em situações concretas. O panoptismo é, assim, uma máquina que se define por uma função: ver sem ser visto; e por uma matéria: qualquer multiplicidade humana. Em Foucault, o diagrama é um dos modos de designar a natureza das relações de força, sem reduzi-las a um edifício específico. É Deleuze que faz do diagrama um conceito, ao analisar a obra de Foucault, tematizando-o e propondo uma definição precisa³⁰. Em seu livro sobre Foucault, Deleuze diz que o diagrama é uma máquina abstrata, no sentido em que ela própria faz abstração das formas nas quais suas funções se efetuam. Mas uma máquina abstrata sempre executa suas funções em máquinas concretas, dispositivos que produzem substâncias qualificadas. Assim, surge uma máquina escola, uma máquina prisão, uma máquina fábrica etc. Com suas substâncias: substância aluno, substância prisioneiro, substância operário etc.

O caráter diagramático do panóptico se define, assim, pelo fato de ignorar, ao mesmo tempo, a finalização das funções (cuidar ou vigiar, instruir ou multar) e a organização das diferentes matérias (hospital ou atelier, escola ou prisão). Nesse sentido, a dimensão do diagrama pode ser dita abstrata, porque não concerne às encarnações concretas (funções finalizadas organizadas) que a atualizam; mas ela é também real (e não somente pensada), pois cartografa funções e matérias informais que se estendem por todo o tecido social, e que agem positivamente sobre ele.

Vigiar e Punir fala da emergência, quase ao mesmo tempo, de um regime de visibilidade, definido pelo meio carcerário, e de um regime de dizibilidade, definido pelos seus enunciados sobre a delinquência. São dois regimes heterogêneos, mas que se comunicam e o diagrama explica a coadaptação entre ambos. Poderíamos associar o regime de visibilidade a uma forma de conteúdo e o de dizibilidade a uma forma

²⁹ Foucault, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, p.170.

³⁰ Para uma visão global dos diferentes pontos em que a noção de diagrama é formulada por Deleuze em conexão com a obra de Foucault, ver Krtolica, I. “Diagramme et agencement chez Gilles Deleuze. L’élaboration du concept de diagramme au contact de Foucault”. In: *Filozofija i društvo* n° 20 (3). 2009, pp. 97-124.

expressão³¹. O importante, para Deleuze e Guattari, é que a repartição entre conteúdo (matéria) e expressão (função) não siga a distinção entre significado e significante, que depende, essa última, de uma relação de conformidade. Na relação significante-significado, o significado é concebido como submetido ao significante, a coisa é conforme à palavra que a exprime. A noção de diagrama é usada justamente para caracterizar outro tipo de relação que pode se dar entre a coisa e a palavra.

Essa nova relação fica mais clara em *Mil Platôs*, quando a análise sobre a prisão feita por Foucault é retomada, levando Deleuze e Guattari a afirmarem que nunca há conformidade entre conteúdo e expressão, tratam-se de planos independentes e realmente distintos³². A prisão, como pensada por Foucault, é uma forma, a forma-prisão. É uma forma de conteúdo que está em relação a outras formas de conteúdo: a escola, o hospital, a fábrica etc. Essa forma de conteúdo, essa coisa, não remete, contudo, à palavra “prisão”, mas a outras palavras, como “delinquente” ou “delinquência”. Essas, por sua vez, exprimem uma nova maneira de classificar, traduzir e até mesmo cometer atos criminosos. Logo, a forma de expressão que o conteúdo “prisão” pressupõe está na palavra “delinquência”. Essa palavra não é o significante do qual o significado seria “prisão”. Há duas multiplicidades que se cruzam: uma discursiva, de expressão; e outra não-discursiva, de conteúdo. Ambas implicam, juntamente com outros conteúdos e expressões, um estado da máquina abstrata. Temos, portanto, uma mesma máquina abstrata para prisão, escola, hospital, caserna, fábrica.

A máquina abstrata, tal como Deleuze e Guattari propõem, não separa os estratos – de expressão e de conteúdo, semiótico e físico –, ela opera uma passagem direta entre os signos e as coisas. E o modo pelo qual o faz é dito “um processo diagramático”. A máquina aqui não é uma metáfora, é máquina porque trabalha o real, fabrica-o, ao mesmo tempo em que forja um regime de signos. A máquina aqui implica pensar a produção de signos, ingrediente fundamental no funcionamento do capitalismo atualmente.

O poder usa semióticas significantes, mas seu recurso essencial é funcionar a partir de semióticas de natureza diagramática, máquinas expressivas que dão sentido aos enunciados. Prometer, ordenar, aconselhar, dar a palavra, elogiar, levar a sério ou não,

³¹ Não daremos ênfase, neste artigo, aos termos de conteúdo e expressão, pois se trata de um diálogo com a semiótica de Louis Hjelmslev, de quem não iremos tratar aqui, apesar de esse ser um caminho igualmente importante para analisar o conceito de diagrama em Deleuze e Guattari.

³² Deleuze, G. & Guattari, F. *Mil Platôs*, Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa, vol.1. São Paulo: Editora 34. 1995, pp.83-84.

ironizar, são atos diagramáticos. Tais semióticas podem ser ditas a-significantes e são elas que fazem funcionar a significação³³. Essas semióticas diagramáticas intervêm no real sem passar pela representação. A matemática, a música, a física, a informática, só para dar alguns exemplos, funcionam de modo expressivo e desprovidas de significação, só por isso elas podem agir diretamente na matéria do real. Guattari se interessa especialmente por semióticas desse tipo, pois, segundo ele, na era pós-industrial, um dos recursos principais do capitalismo é controlar os meios de semiotização. Isso fica claro, hoje em dia, na ação da mídia, mas não apenas. Hoje, desde o nascimento – por meio da família, da TV, da escola – a criança é posta para trabalhar, engajando-se em um processo de formação que busca adaptar seus diversos modos de semiotização às funções produtivas e sociais que a esperam. O “mestre” se multiplicou na rede capitalista, em que todos formam e geram sociabilidades: o motorista da van diz para a criança, ao ver um carrão, que se ela estudar poderá comprar um assim no futuro³⁴, achando ainda que está fazendo um favor aos pais por estimulá-la a se dedicar aos estudos.

O próprio modo como os problemas políticos são colocados só adquire significado se relacionado aos meios que fazem com que tenham, ou não, sentido para as forças sociais. O Capital não é uma categoria abstrata, diz Guattari, é um operador semiótico a serviço de formações sociais de um tipo específico. Sua função é assumir o equilíbrio, a regulação e a sobrecodificação das formações de poder próprias às sociedades industriais, bem como de suas relações de força³⁵. As funções diagramáticas específicas do capitalismo são funções de inscrição do Capital nas relações sociais e tais funções não são representativas, mas sim operatórias. Assim, os problemas políticos não dependem apenas de máquinas concretas (Estados, instituições, sindicatos, redes sociais). Se os reduzíssemos a isso, as práticas discursivas se identificariam a aparelhos ideológicos, como aqueles descritos por Althusser: a escola, as igrejas, os partidos, os sindicatos etc.³⁶ Para Guattari, um problema social não se reduz a equipamentos

³³ Ibidem, p. 443.

³⁴ Exemplo baseado em fatos reais.

³⁵ Guattari, F. *La révolution moléculaire*, p.80.

³⁶ Na teoria marxista, o aparelho repressivo de Estado compreende o governo, a administração, as forças armadas, a polícia, os tribunais, as prisões etc. Louis Althusser observa que isso não basta para compreender o funcionamento do Estado, pois é indispensável levar em conta outra realidade que age ao lado do aparelho repressivo, os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), que se apresentam sob a forma de instituições distintas e especializadas: o AIE religioso (sistema de igrejas), o AIE escolar, o AIE familiar, o AIE jurídico, o AIE político (sistema político, incluindo os diversos partidos), o AIE sindical, o AIE de

particulares, pois o campo social não pode ser esquadrihado sob uma semiótica do significante.

Uma tarefa política urgente de nosso tempo é, portanto, entender a produtividade do diagrama por baixo das formas discursivas e dos dispositivos de poder. Que dimensões diagramáticas subentendem, esclarecem ou desconstroem cada discurso? A diagramática apresenta graus de intensidade, de resistência, de condutibilidade, de aquecimento, de velocidade. É uma condição climática, se entendemos o clima como aquilo que produz o sentido de uma ação, e não como um ambiente dentro do qual a ação se dá.

Uma ação revolucionária deve permitir relativizar as significações dominantes e neutralizar as formas de evidências e as restrições colocadas pela sociedade. Cada sistema de poder organiza um sistema de conteúdo e uma máquina de expressão que o sobrecarrega. O poder familiar organiza a produção do bem-dizer, o poder escolar organiza a produção do bem-escrever, da disciplina, da hierarquia etc. Aos movimentos resta se liberar da tirania da sobrecodificação significante. Mas isso passa pela diagramatização, por estar a par dos diagramas que subentendem cada discurso, que os esclarecem, que os desconstroem. Cada enunciado concerne a uma situação micropolítica específica, que só podemos conhecer mergulhando na situação em que o enunciado se produz: captando as relações de força, os diagramas que dão sentido àquilo que se diz e que se faz.

A função da linguagem não é servir de canal de transmissão para a informação, ela não é um simples suporte de comunicação entre indivíduos. Quando se ensinam regras de gramática a uma criança, não se quer passar uma informação, mas impor coordenadas semióticas, incluindo a base dual da gramática (masculino-feminino, singular-plural, substantivo-verbo). Trata-se de dotar as crianças dos signos que regem a vida social, transmitir um comando, uma palavra de ordem³⁷. As línguas não são separáveis do campo social e político no qual se desdobram. O que Saussure qualifica como “arbitrário” na relação significante/significado, ou seja, a razão pela qual uma coisa responde ao seu nome, é uma manifestação particular do arbitrário do poder³⁸.

informação, o AIE cultural etc. Ver Althusser, L. *Positions (1964-1975)*. Paris: Les Éditions sociales, 1976, pp. 67-125.

³⁷ Ibidem, p.95.

³⁸ O arbitrário na teoria de Saussure remete à constatação de que não há uma razão intrínseca para que um significado seja obtido por meio de um significante específico, para que algo seja nomeado por certa

Não estamos diante de um problema de linguística. Ao mantermos como condição prévia intangível uma língua adulta, normal, masculina, heterossexual, branca e capitalista, a linguística se funda sobre sistemas de universais³⁹. São esses mesmos universais que fundam a política, na medida em que constituem um padrão normativo que regula a inscrição desigual das práticas sociais. Tais práticas são, ao mesmo tempo, regimes de enunciados e posições subjetivas a partir das quais as pessoas e os grupos se constroem.

Os universais da linguagem são os mesmos que estabelecem um padrão no campo social. O sistema de dominação capitalista em seu estágio avançado repousa sobre uma distinção relativamente nova entre *maioria* e *minorias*, definida a partir de operações semióticas por meio das quais se dá um processo de normatização. Esse rege, por sua vez, a inscrição desigual das práticas e multiplicidades sociais. A diferença entre maioria e minoria não é, portanto, quantitativa ou numérica⁴⁰. A maioria supõe um padrão, uma unidade de medida, a partir da qual uma determinação qualquer, diferente da constante, será considerada como minoria (ou seja, como subsistema, ou fora do sistema). O padrão é macho-adulto-branco-razoável, ou seja, o europeu médio. Assim, o identificador das minorias é o desvio na constituição de padrões ou modelos como maioria universalizada: não-macho, não-adulto, não-branco, não-razoável, não-europeu. Esse homem que constitui a maioria é também o sujeito da enunciação, padrão da linguística⁴¹. Sendo assim, as minorias que se constituem nesse processo são, ao mesmo tempo, regimes de enunciados e posições subjetivas nas quais grupos e pessoas se individualizam, articulam seus interesses e reivindicações, constituindo pertencimentos e identificações.

Talvez seja impossível pensar as lutas políticas de hoje – e já era o caso por volta de 1975, quando Deleuze e Guattari começam a falar no assunto – sem passar pela questão das minorias. Isto porque o capitalismo se define por uma descodificação, inclusive semiótica, que implica também uma necessidade urgente de promover totalizações que impeçam seu desmantelamento. Os processos minoritários não são codificados, pois introduzem distanciamentos em relação às posições normativas. Por isso, em suas tentativas de totalização, o capitalismo se esforça para recodificá-los,

palavra. Essa relação é dita, portanto, *arbitrária*. Não diz respeito a uma escolha como a palavra “arbitrio” pode dar a entender.

³⁹ Deleuze, G. & Guattari, F. *Mille Plateaux*, pp. 133-134.

⁴⁰ *Ibidem*, p.586.

⁴¹ *Ibidem*, p.358.

forjando uma linguagem padrão na qual as reivindicações podem ser elaboradas. As normas fixadas como constantes majoritárias são ditadas menos para que todas a elas se conformem, do que para medir todos aqueles e todas aquelas que não se conformam, para identificá-los e categorizá-los.

Deleuze e Guattari chamam de “axiomática” os enunciados de poder que não pertencem a ninguém, os enunciados vazios que regem a imanência capitalista. É um fato de maioria. Maioria de expressão ou de conteúdo. Justamente contra esses enunciados, contrapõe-se a noção de devir-minoritário⁴². Mas como a ideia de devir pode ser efetiva politicamente? Esta pergunta nos parece essencial para que a proposta de Deleuze e Guattari não sirva somente para debates sobre política, mas conduza a uma prática e a uma teoria como prática.

Em seu livro sobre *Política e Estado em Deleuze e Guattari*, Guillaume Sibertin-Blanc avança a hipótese de base althusseriana de que as lutas minoritárias tomam o lugar da luta de classes na análise de Deleuze e Guattari. Não no sentido de que a suplantam, mas sim a prolongam, modificando suas coordenadas⁴³. O conceito de *minoría* se alinharia a uma premissa do comunismo: a de que as forças de ruptura devem ser pensadas a partir das dinâmicas contraditórias do capitalismo. Assim, Deleuze e Guattari indexariam a busca dos devires-minoritários nas dinâmicas sistêmicas do capitalismo mundial, cuja natureza seria minorizar e proletarizar, ao mesmo tempo⁴⁴. Proletarizar na relação capital-trabalho, minorizar para gerir a superpopulação relativa. No entanto, ao mesmo tempo em que estão presas, como qualquer um, ao processo de expropriação econômica da proletarização, as minorias conseguem manter um certo grau de autonomia, uma autonomia de códigos (étnicos, religiosos, linguísticos), erigir códigos como marca de autonomia.

Obviamente as diferentes línguas minoritárias, como formações sociais marginais, não podem ser reconhecidas pela linguagem oficial padrão, pela língua-modelo erigida pelo estado, que se apressa em identificá-las a uma linguagem do gueto, a um dialeto (de comportamento, crenças e valores, e não só linguístico). O isolamento e a fragmentação das lutas minoritárias são os modos como o Estado capitalista busca

⁴² Deleuze, G. & Guattari, F. *Mil Platôs*, Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leitão, vol. 2, p.52. Interessante notar que uma definição do devir minoritário aparece aqui em um capítulo sobre os postulados da linguística.

⁴³ Sibertin-Blanc, G. *Politique et État chez Deleuze et Guattari: Essai sur le matérialisme historico-machinique*. Paris: PUF. 2013, p. 205.

⁴⁴ *Ibidem*, p.206.

remeter suas reivindicações à esfera privada. No máximo, pode-se tolerar sua dimensão coletiva, desde que essas lutas permaneçam no gueto e não possam se conectar a outras lutas minoritárias.

O desafio das formas de organização atuais não é, portanto, primordialmente ideológico. Trata-se de saber como é possível um tipo de organização que não se molde a partir de um centro, uma luta que neutralize a totalização que o Estado capitalista sempre busca proceder, transformando os grupos minoritários em conjuntos codificados, enumeráveis. Precisamos de organizações que não incorporem um critério de avaliação vindo de fora, importado da norma vigente. O desafio é saber como criar um modo de avaliação imanente sobre o estilo das lutas políticas, sua prática, os modos de existência que praticam e os modos de enunciação que liberam.

Tal é nossa motivação ao investigarmos a noção de diagrama: ela nos parece uma chave para pensar os novos tipos de movimentos e suas formas de organização e luta política. Tudo indica que esses movimentos não se organizam mais em torno de um programa. Mas ainda não sabemos que novos parâmetros podem servir para avaliar a efetividade das lutas, de modo imanente. Podemos dizer somente que, caso venham a ser postulados, esses parâmetros serão inseparáveis dos modos de existência que as lutas propõem ou colocam em prática: seu estilo, sua potência de mobilização e de conexão.

Como evitar se submeter à codificação capitalista se as lutas de resistência não forem capazes de identificar as tecnologias semióticas que elas mesmas colocam em marcha? Nenhum ponto de partida detém uma legitimidade *a priori*, que não seja fabricada. A visão das minorias é um começo, mas como resistir ao privilégio daquele que, por sua posição social, enxergaria melhor e de modo mais claro o que precisa ser feito? Há uma história da consciência minoritária que se afirma como construção, e que afirma a capacidade de agir, não sobre a base de uma identidade, mas de uma coalizão consciente, fabricada⁴⁵.

O problema do diagrama é o problema de criar pontes, fazer política com um cuidado às conexões. Só que as conexões a serem criadas não afirmarão uma verdade comum que una diferentes grupos, para além de suas diferenças, de modo federativo. Criar um diagramatismo é operar para determinar as condições do problema e as ligações transversais entre problemas de diferentes minorias, aqueles que podem

⁴⁵ Haraway, D. "A Cyborg Manifesto: Science, Technology, and Socialist-Feminism in the Late Twentieth Century". In: *Simians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature*. New York: Routledge. 1991, pp.149-181.

conectá-las, criar talvez uma nova língua, adaptada à formulação dos enunciados e à elaboração de nossas reivindicações.

Nesse sentido talvez possamos falar de um devir universal minoritário. Algo que só conseguimos pensar mudando a própria forma do universal⁴⁶. Não uma universalidade que seja projetada de fora, na qual as alianças se integrem a uma identidade superior homogeneizada; mas uma “Internacional” tecida por devires conectados de modo diagramático.

Como colocar em prática aquilo que Deleuze e Guattari chamam “figura universal da consciência minoritária”⁴⁷? Essa figura é diagramática: linhas e traços que constituem o devir-minoritário de todo mundo, em oposição ao fato majoritário, à língua da maioria. Trata-se, talvez, de uma função diagramática que opera por relações transversais, opondo-se à sobrecodificação que constitui comunidades fechadas sobre si mesmas, para fragmentar e produzir segregação no interior dos movimentos. Não podemos escapar do cinismo capitalista entrando nos seus guetos, mas também não podemos mobilizar nenhuma força subjetiva se renunciarmos à singularidade de cada grupo social. É preciso muito da sensibilidade dos guetos, de sua língua própria para se conectar a outras lutas políticas, criando um movimento autônomo transversal, quem sabe um novo internacionalismo, distante da forma-Estado. O diagramatismo opera pela determinação das condições do problema, daquilo que faz problema, e por ligações transversais entre tais problemas. À automação, à normatização, à codificação, à totalização, ou seja, à axiomática capitalista, ele opõe suas armas: a coexistência daquilo que escapa ao sistema, sem que ele separe e codifique, a luta por conexões revolucionárias⁴⁸.

Recebido em: 04/03/2015 – *Received in: 03/04/2015*

Aprovado em: 24/05/2015 – *Approved in: 05/24/2015*

⁴⁶ Sibertin-Blanc, G. Op. Cit., p.226.

⁴⁷ Deleuze, G. e Guattari, F. *Mille Plateaux*, p. 134.

⁴⁸ Agradeço a revisão e as sugestões de Paulo Domenech Oneto, que ajudaram a enriquecer e tornar mais claros e precisos alguns conceitos mencionados neste artigo.